

Sábado

14-08-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Sociedade

Dimensão: 1220 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 56/57



LEGISLATIVAS. PROGRAMAS DO PS E PSD "SEM ESTRATÉGIA"

COMBATE À CORRUPÇÃO

Pedimos a dois especialistas para olharem para o que defendem socialistas e sociais-democratas

O PSD repete sete vezes a palavra corrupção num programa com 121 páginas. O do PS, 25, em 139 páginas. Os números não são tudo mas, na verdade, espelham a pouca aposta dos dois maiores partidos políticos neste tema. Ora, em julho, no último barómetro do ICS/ISCTE para o *Expresso*/SIC, a corrupção disparou entre os temas que os portugueses consideram mais importantes para o País, com 23% a indicarem-na como a questão mais importante – acima, só a saúde, com 25%. Mas essa preocupação, diz João Paulo Batalha, não vem refletida nos programas: “Não. Aliás nem há muita a dizer, porque os programas não têm muito sobre o tema...”

O que falta:

► “Diz-se pouco sobre corrupção e o que se diz é atirado apenas para a política criminal e as questões de justiça. Falta a perceção do problema como uma questão política de primeira linha. Não fazem a ligação ao financiamento partidário ou à vulnerabilidade dos partidos ao clientelismo”, acusa João Paulo Batalha. Mais, o que lá está “não é particularmente útil”. E dá um exemplo: “O PS sugere pena acessória de ineligibilidade para cargos políticos para quem for condenado por corrupção. Parece até pesado. Mas se formos a ver, nos últimos anos, a quem isso afetaria, encontraríamos quantas pessoas? Nem Isaltino Morais, no caso dele a corrupção prescreveu”, foi condenado por um delito fiscal. Por outro lado, quem já retirou rendimentos ilícitos da corrupção “já não precisa de ser eleito e de continuar nela”.

Além disso, também falta o parecer sério: “Nem o PS nem o PSD

João Paulo Batalha

Presidente da secção portuguesa da Transparência e Integridade, uma associação internacional que defende o combate à corrupção

“NÃO HÁ UMA VERDADEIRA ESTRATÉGIA CONTRA A CORRUPÇÃO NOS PROGRAMAS”, CRITICA JOÃO PAULO BATALHA



têm aplicado internamente algum escrutínio ético desse tipo. As propostas seriam credíveis se correspondessem ao que os partidos já fazem lá dentro.”

Os programas também são omissos quanto a tirar consequências dos vários relatórios de comissões parlamentares de inquérito dos últimos anos, na área da banca, PPP ou rendas excessivas na EDP: “Os relatórios são muito duros, mas são inconsequentes. Nada é proposto para evitar a captura do interesse público que essas comissões identificaram de forma clara.”

António Maia elenca também uma extensa lista de elementos que nenhum dos partidos se lembrou de propor: “Há novas medidas especifi-

cas quanto à apresentação da declaração sobre o património [PS]. Mas qual é o acompanhamento que é feito disso? Quem vigia? Nem que fosse de forma aleatória, era importante que fosse feito algum controlo sobre se o que está nas declarações é verdadeiro. E essa obrigatoriedade deveria ser estendida aos familiares diretos, que se sabe hoje serem uma forma de esconder património.” E há áreas que pura e simplesmente nem são cobertas: “Nada se diz sobre competições desportivas, que se sabe hoje ser uma área propícia ao branqueamento de capitais, com ligações até ao crime organizado; nada se diz sobre gestão do território, e seria positivo que houvesse *guidelines* acerca do que pode ou não pode ser feito,

MAIS DO MESMO: O PSD PROPÕE QUE A COMISSÃO DE ÉTICA SEJA EXTERNA AO PARLAMENTO, MAS APONTADA POR ESTE